

Fernando Henrique assina uma série de propostas de proteção à mulher e aos homossexuais, aos negros e aos deficientes, mas ainda falta muito. Especialistas vêem o documento com cautela e lembram que medidas propostas em 1996 pelo mesmo governo ainda não saíram do papel

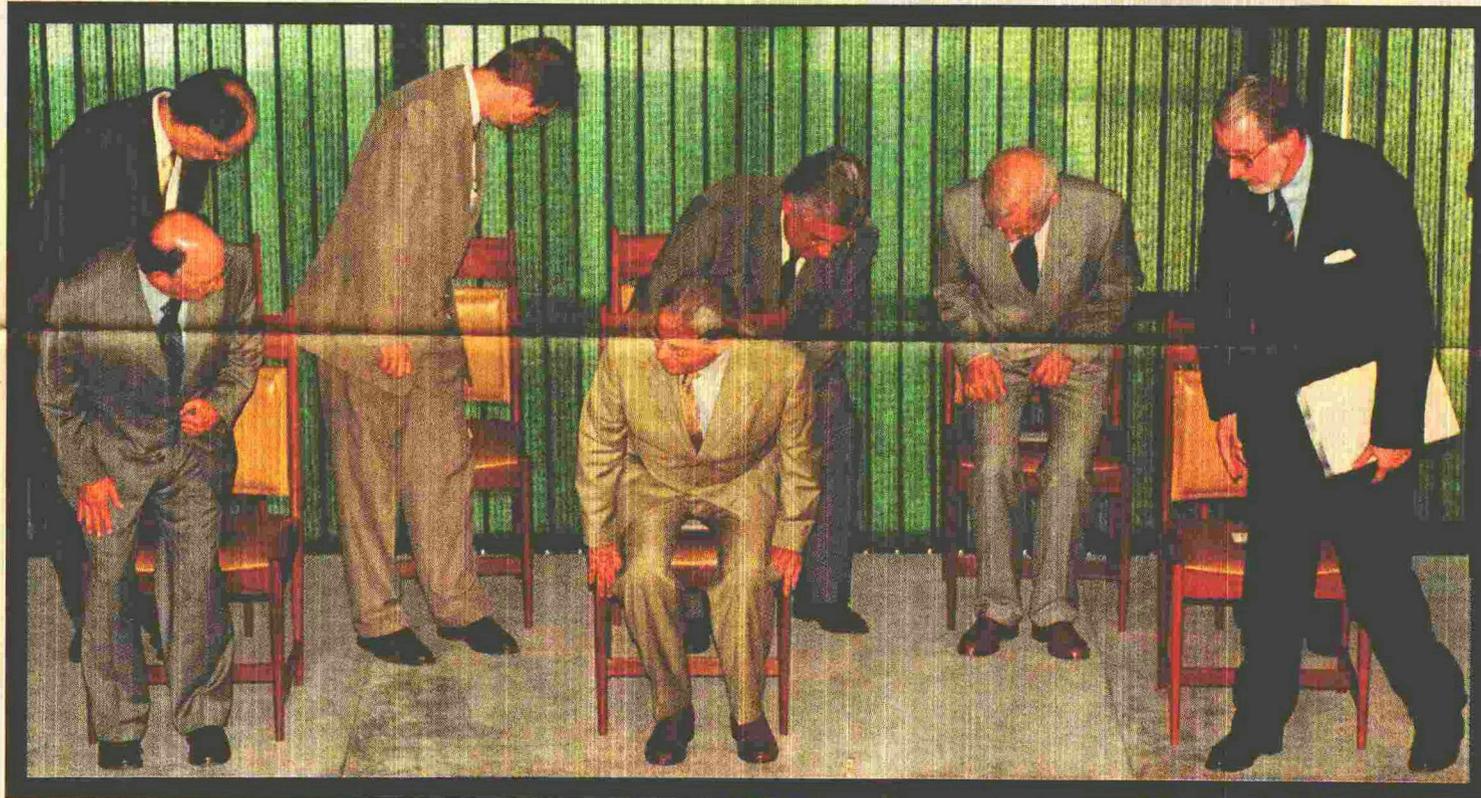
Em busca da cidadania

Marina Oliveira e Fabíola Góis
Da equipe do **Correio**

O presidente Fernando Henrique Cardoso comemorou, junto com ativistas de grupos negros e homossexuais, os 114 anos da Abolição da Escravatura. No salão nobre do Palácio do Planalto, ele assinou ontem à tarde propostas avançadas de defesa dos direitos humanos no Brasil. Criou conselhos para proteger os idosos e garantir a alimentação de todo cidadão, declarou apoio à parceria civil entre pessoas do mesmo sexo e decretou a reserva de 20% das vagas do serviço público para mulheres e negros. A poucos quilômetros do palácio, no Hospital de Base do Distrito Federal, Irani Pereira, um empregada doméstica negra, de 39 anos, morria vítima de uma das violações mais frequentes dos direitos humanos no Brasil. Teve traumatismo craniano depois de levar um empurrão do marido bêbado e bater a cabeça numa mesa, segundo a versão que o companheiro deu à polícia (*leia mais na página 8*). A imagem dos gabinetes e da periferia de Brasília retratam um país no meio do caminho entre a intenção e a realidade. O Plano Nacional de Direitos Humanos e a lei que permite a um juiz de pequenas causas afastar o

agressor do convívio familiar, ambos sancionados pelo presidente, provam a evolução da sociedade. Em São Sebastião, onde Irani vivia com o marido Ademar Lopes, o Brasil do atraso mostra sua força. O ajudante de pedreiro, de 31 anos, empurrou a mulher porque ela o impediu de ligar a televisão. O neto, de três meses, dormia e o barulho poderia acordá-lo. "Empurrei para me defender", disse ele entre lágrimas depois de preso. Segundo Ademar, Irani teria empunhado uma faca para agredi-lo e provocado o empurrão. No ano passado, 7.103 mulheres prestaram queixa por lesão corporal nas delegacias do Distrito Federal. A maioria delas negras e pobres. Os agressores, em geral, seguem em liberdade e em muitos casos vivem com as companheiras que um dia machucaram. Uma lembrança de que resoluções de gabinete, por mais avançadas que sejam, precisam vencer muitas barreiras para vingar no Brasil real. Há seis anos grupos organizados de negros, homossexuais, deficientes físicos e mulheres lutam para ver suas reivindicações transformadas em políticas públicas de governo. Conseguiram. Agora falta pressionar o Congresso.

José Paulo Lacerda/AE



FERNANDO HENRIQUE E REPRESENTANTES DO GOVERNO DURANTE LANÇAMENTO DO PLANO DE DIREITOS HUMANOS: UMA LISTA DE BOAS INTENÇÕES